**ECONOMIA CRIATIVA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PAUTADO EM MELHORIAS SOCIAIS**

**Ianne Souza Ferreira**

*ianne\_sf@hotmail.com*

**Jamile Santos Regis**

*jsregis\_@hotmail.com*

**Joana Kary Santana Araujo**

*joanaksantana@gmail.com*

**Mayara Magalhães de Lima Garcia**

*garcia.mayaraml@gmail.com*

**Paula Casaes Gonçalves da Costa**

*paula\_casaes@hotmail.com*

Práticas Investigativas Interdisciplinares III

Professora: Vanessa Borges

**Resumo**

Este artigo traz a preocupação com a concepção de projetos socioeconômicos com foco na melhoria das condições sociais. Para isso, traz o olhar acadêmico das Relações Internacionais e da importância da Conferência de Copenhague para o campo social do desenvolvimento. A partir daí traz-se um novo conceito de economia, a chamada Economia Criativa. A Economia Criativa é uma iniciativa pautada em produtos e/ou serviços de conhecimento e inovação atreladas a geração de trabalho e melhoria de renda.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento; Desenvolvimento Social; Economia Criativa

**Abstract**

This paperwork brings the concern about the conception of socioeconomics projects focusing on the improvement of social conditions. For this, it brings the International Relations’ academic view and the importance of the Copenhagen Conference on social development field. Thenceforward it brings a new concept of economics called Creative Economy. The Creative Economy is an initiative based on products and/or knowledge and innovation services tied to employment generation and income increase.

**Key-Words:** Development; Social Development; CreativeEconomy

1. **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como principal objetivo demonstrar que o planejamento das ações visando o desenvolvimento são mais eficazes quando seus caráteres sociais e econômicos são unidos em sua elaboração e execução.

A metodologia adotada para construção da pesquisa será a análise indutiva, partindo da análise de um projeto como exemplo referencial para a formulação de outros.

A coleta de dados será realizada através de pesquisa documental e análise bibliográfica de livros, publicações acadêmicas, artigos científicos, relatórios em sites oficiais, notícias em sites midiáticos, entre outros.

Além disso, se faz necessário uma pesquisa de campo na busca do entendimento acerca da economia criativa e seus reais efeitos nas comunidades onde estão inseridas. Para os fins desta pesquisa, foi escolhida a ONG Avante – Educação e Mobilização Social.

Celso Furtado (1964) definiu o desenvolvimento econômico como "[...] um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas - preexistentes ou criadas pela própria mudança - são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas".

Para o economista capitalista Schumpeter, o desenvolvimento econômico é um fenômeno intencional de mudança que descontínua as condições de equilíbrio pré-determinadas pelo modelo anterior, é o empresário inovador, ou produtor, que inicia a mudança econômica de uma sociedade, partindo de "dentro" para "fora" da sociedade.

O desenvolvimento social, sob uma ótica liberal, tem como definição uma evolução ou mudança, na maioria das vezes positiva, nas relações entre os indivíduos, sociedades, instituições de uma sociedade ou grupos, buscando o bem-estar social. O desenvolvimento social é um processo de melhoria da qualidade de vida de toda uma sociedade, que viveria em um cenário de paz, liberdade, democracia, justiça, igualdade e solidariedade.

Alguns teóricos criticam esta definição de desenvolvimento social pois esta possui grande subjetividade, visto que o que pode ser considerado bem-estar para um indivíduo pode não ser considerado para outro. Entretanto, esta definição refere-se a um conjunto de fatores que são muito mais comuns que diferentes entre os indivíduos.

O Desenvolvimento Social tem como grande referência internacional a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague, no ano de 1995. Até então o desenvolvimento era tratado apenas no âmbito econômico, a partir dessa cúpula passou-se a tratar também do aspecto social e humano do desenvolvimento.

Karl Marx, precursor do marxismo, criou uma teoria econômica que mais tarde foi adaptada as relações internacionais. Esta teoria, de viés estruturalista, trata diretamente das relações de trabalho entre a burguesia e o proletariado. Essas relações estariam marcadas por disputas de classe, o que causaria o desenvolvimento. Além disso, a teoria traz a necessidade de analisar a realidade atual através de uma perspectiva de exploração histórica.

As ideias marxistas influenciaram a construção da Teoria da Dependência, onde autores como Fernando H. Cardoso e Raul Prebisch, levam a discussão do desenvolvimento para a exploração entre os países ricos exploradores (centrais) e os pobres explorados (periféricos). Esta teoria foi amplamente difundida na América Latina e influenciou amplamente as diretrizes adotadas pelos países sul americanos no decorrer da década de 70.

O marxismo e a teoria da dependência analisam, então, prioritariamente o âmbito econômico do desenvolvimento. Considerando essas ideias, o presente artigo pretende demonstrar que a economia é apenas um dos âmbitos do desenvolvimento, mas que este também pode ser pautado em outras demandas, como a social. As críticas elaboradas por estas teorias são levadas em consideração, mas são também utilizadas apenas parcialmente, visto que se pautam principalmente no âmbito econômico e não percebem a importância dos demais.

A teoria liberal kantiana possui uma perspectiva humanística e pacifica e sustenta a necessidade de cooperação e democracia em prol da paz e do desenvolvimento. Esta foi uma das bases teóricas mais utilizadas no período da Cúpula, década de 1990, quando também se expandia a ideologia neoliberal, junto a teorias inspiradas por esta, que abordavam fortemente a grande interação entre atores diversos do sistema e os impactos que cada um destes poderia sofrer com ações dos demais.

Nesse sentido, as Cúpulas e Conferências do período foram realizadas tendo como objetivo a cooperação entre estes diversos Estados e demais atores, reconhecendo a sua interação e interdependência e buscando formas de mitigação dos impactos negativos causados por esta mesma interdependência ou a solução de problemas comuns no mundo, então, já globalizado.

A teoria a ser utilizada na presente pesquisa, entretanto, será a teoria crítica, pois procurar alinhar as perspectivas humanas, econômicas e liberais, a fim de melhorar a realidade socialmente construída na que estamos inseridas, características procuradas nos projetos a serem analisados.

Nascida do contexto de uma ordem mundial mais globalizada, esta teoria busca, através de seus pressupostos, identificar quaisquer possibilidades de mudança de uma realidade que visa o equilíbrio de uma certa ordem social (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Por não se declarar neutra, a teoria crítica propõe uma transformação para que uma sociedade mais livre e justa seja alcançada, o que pode ser relacionado com a Conferência para o Desenvolvimento, realizada em Copenhague, cujo objetivo era justamente a transformação da sociedade em busca do desenvolvimento social.

A Conferência passa a ser vista, portanto, como uma crítica ao conservadorismo da sociedade. Busca viabilizar a construção de ordens sociais baseadas no consenso e caráter normativo, para que haja a liberdade de todos os indivíduos de todas as sociedades. Além disso, é possível relacionar a Conferência com a Teoria Crítica, pois a primeira busca desenvolver e aprimorar as “normas jurídicas, instituições e práticas com o objetivo de reduzir desigualdades, controlar a violência, ampliar direitos, promover a participação no processo política, etc.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.155), o que Habermas, teórico crítico agregava à teoria.

# **BREVE ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA DE COPENHAGUE PARA A O DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhague é considerada um grande marco no sistema internacional por trazer uma problematização mais incisiva acerca de problemas sociais, e a necessidade das nações se unirem em prol de um mundo com maior qualidade de vida e equidade entre as pessoas e as nações.

Para que a Cúpula acontecesse foi necessário criar um vínculo maior de confiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Isto ocorreu porque, cientes da balança de poder entre estas duas esferas de países, os países em desenvolvimento temiam serem influenciados e prejudicados pelos desejos das nações centrais.

Durante as reuniões de Copenhague, o conceito de “Desenvolvimento Social” se tornou mais limitado e claro. Desta forma, o desenvolvimento social deixava de ser um parêntese do desenvolvimento econômico, comumente ligado a questões industrias e de riqueza comercial, para ganhar um campo de estudo e atuação só seu.

 Além disso, as nações participantes compartilhavam o sentimento de que um maior desenvolvimento social era vital a obtenção e estabilidade da paz no sistema internacional.

Infelizmente, apesar de grande parte das nações desenvolvidas terem participado do evento, expressando seu apoio as resoluções da Conferência, este apoio tinha restrições financeiras. O que enfraquecia a cooperação para as nações em desenvolvimento. Isto talvez se deva ao fato de que a Conferência aconteceu no ano de 1995, quando os países desenvolvidos estavam preocupados mais com questões internas de economia e de alguns aspectos sociais como a disparidade de renda, marginalização, taxas de desemprego, quedas salariais, etc.

Assim como em outras reuniões multilaterais normativas, os resultados da Cúpula de Copenhague não tiveram seus efeitos imediatos. Ao longo do tempo esta cúpula foi ganhando reconhecimento pela imprensa, onde foi denominada de “Cúpula da Pobreza” pelo fato de que os maiores interessados foram os países em desenvolvimento (ALVES, 1997).

Foi nesta Cúpula também que os governantes passaram a contar com uma declaração de compromissos governamentais as quais permitem cobrar dos governantes o cumprimento de suas promessas registradas. No Brasil, a construção desse plano de ação seguiu corretamente as recomendações das Nações Unidas, o relatório exigido com os principais temas da Cúpula: pobreza, desemprego e integração social, foi motivo de surpresa por sua franqueza e mostrar a real situação social do país (ALVES, 1997).

A participação brasileira na Cúpula de Copenhague,

 [...] experiência que, na verdade, apenas consolidou o que já vinha sendo feito nas demais conferências da década, particularmente na de População e Desenvolvimento do Cairo – evidencia que, pelo menos na esfera da participação, o Brasil se encontra aparelhado para os desafios com que se defronta (ALVES, 1997. p. 161).

Atualmente, uma das principais contribuições da Cúpula de Copenhague é a crescente participação da sociedade civil nacional e internacionalmente como fator fundamental na luta em prol de uma melhora social significativa. Contudo, se comprovada a ineficácia dos mecanismos para a promoção do progresso humano, utilizados pelo Estado, nada garante que órgãos não governamentais isoladamente irão garantir de forma abrangente. Portanto, é necessário que as políticas públicas governamentais atuem juntamente com a sociedade Civil e com o exercício da cidadania (ALVES, 1997).

 Em geral, as contribuições da Cúpula de Copenhague foram positivas. Cooperação, participação e determinação comprovada nos assuntos que envolvem o indivíduo sem ter o descuido com o aspecto comunitário. É com base nesses conceitos e não numa razão apenas instrumental, que o desenvolvimento social se afirma na agenda internacional como um dos temas globais mais importantes (ALVES, 1997).

1. **ECONOMIA CRIATIVA E A AVANTE**

**3.1 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA**

 De acordo com o Relatório de Economia Criativa desenvolvido pelas Nações Unidas em 2010, o termo “economia criativa” surgiu em um livro de John Howkins em 2001, no qual ele apresentava a relação entre criatividade e economia. Para o autor, “a criatividade não é uma coisa nova e nem a economia o é, mas o que é nova é a natureza e a extensão da relação entre elas e a forma como combinam para criar extraordinário valor e riqueza” (HOWKINS *apud* ONU, 2010). Para Howkins, há dois tipos de criatividade. A que gera satisfação às pessoas enquanto indivíduos, e a que gera um produto, mais presente nas sociedades de ciência e tecnologia, que dão maior valor à novidade.

 Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o termo economia criativa nomeia os modelos de negócio e gestão de atividades, produtos ou serviços que são desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou inovação, visando à geração de trabalho e renda.

A economia criativa tem um conceito bastante subjetivo e, apesar de não existir uma definição exclusiva dela, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês) definiu-a como um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencializam o desenvolvimento econômico.

A economia criativa, portanto, potencializa a geração de renda, mas também promove a inclusão social. Além disso, a economia criativa inclui todos os serviços relacionados ao conhecimento e às atividades intelectuais.

Orientadas por este conceito, surgem as indústrias criativas, que passam a dar o valor indispensável à criatividade, habilidade e talento individual e coletivo, além de potencializarem a propriedade intelectual dos seus empregados em busca da criação de riqueza e emprego.

O termo “indústria criativa” teve sua primeira aparição em um discurso intitulado “Nação Criativa” feito pelo Primeiro Ministro da Austrália, em 1994, que defendia a importância de enriquecer a criatividade das pessoas para que contribuíssem com o desenvolvimento do país.

A economia criativa busca dar valor ao original e ao autêntico, sendo produto de algum processo colaborativo e inovador. Além disso, busca dar ênfase à tecnologia, à qualificação do trabalhador e do trabalho, e à geração de conhecimento e direitos à propriedade intelectual.

Para UCNTAD (2010), é um conjunto de diversas atividades econômicas baseadas no conhecimento, tecnologia, inovações, patentes, que visam promover o desenvolvimento e a articulação entre os níveis macro e micro da economia.

Apesar de, através da economia criativa, os países terem a capacidade de se capacitarem, projetarem suas próprias identidades, culturas e inovações no cenário internacional, criarem novos empregos e terem o crescimento e desenvolvimento econômico e social, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o conceito de economia criativa ainda é recente, tendo se desenvolvido apenas nos últimos dez anos (ONU, 2010).

Segundo o estudo em 2012 da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no Brasil, a contribuição de segmentos criativos foi de 2,7% no PIB em 2011. Este resultado apresenta que, apesar de ser um conceito relativamente novo no País, o Brasil já está entre os maiores produtores de criatividade do mundo, superando a Itália e a Espanha. Os EUA, a França e o Reino Unido, entretanto, ainda continuam no patamar de maiores produtores mundiais deste segmento.

Devido ao potencial para a economia criativa, foi criada, no Brasil, a Secretaria da Economia Criativa, comandada pelo Ministério da Cultura, que visa justamente implementar e monitorar políticas públicas a fim de desenvolver o local e o regional, dando apoio aos micro empreendedores criativos brasileiros.

Para que a economia criativa seja efetivamente alcançada, é necessário que haja a preocupação da promoção de um crescimento e desenvolvimento sustentável.

**3.2 A AVANTE E SEUS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Dada a recente manifestação da economia criativa no Brasil, algumas organizações não governamentais acabaram por trazer para si a responsabilidade de fomento dessas práticas, apesar de serem, muitas vezes, financiadas por editais públicos ou por organizações privadas. Uma destas ONG’s é a Avante – Educação e Mobilização Social, criada em 1991, e que tem como uma de suas linhas de atuação a Formação para o Trabalho, que trabalha diretamente com os conceitos de economia criativa e economia solidária e tem como objetivo a união do desenvolvimento econômico e social como uma forma de “superação da pobreza e redução das desigualdades”, segundo a própria conceituação institucional da linha.

Um dos meios pelo qual a Avante enxerga o desenvolvimento social é através do desenvolvimento econômico inclusivo, com a criação e acompanhamento de cooperativas de produtos típicos ou inovadores. Segundo a ONG, os projetos de economia solidária são concebidos como uma forma de desenvolvimento em que não apenas os diretamente envolvidos são beneficiados, mas toda a comunidade, a partir da geração de renda para as famílias e todos os produtores diretos e indiretos, clientes e parceiros. Em paralelo, há a tentativa de alteração e fortalecimento de valores da comunidade, uma vez que os projetos de economia solidária propõem a valorização de conceitos como cidadania, respeito, apreciação da própria cultura, dentre outros, e essa mudança acontece também através da propagação pelas pessoas inicialmente envolvidas.

Segundo relatos e relatórios de monitoramento elaborados periodicamente desde o início de cada projeto, podem ser percebidas alterações factuais na forma e na qualidade de vida das pessoas, através de seu relacionamento com a família, percepção dos seus direitos, dentre outros fatores, dados que se tornam importantes medidores de impactos dos projetos.

Outra forma de avaliação, voltada agora para projetos de qualificação profissional, executados pela mesma linha, é a porcentagem de participantes destes cursos, normalmente voltados para jovens, que se colocam no mercado de trabalho.

Pensando na temática da inclusão, a Avante preza também pela promoção da transparência e da governança em seus projetos, buscando o envolvimento das comunidades e do público a ser beneficiado desde o primeiro momento. Conforme entende-se na economia criativa, é necessário que haja o envolvimento de diversas pessoas nos projetos e que elas, de fato, sejam ensinadas a trabalhar e promover a inovação e a mudança de que depende o desenvolvimento das cooperativas, sem tornar-se dependentes de organizações ou entidades externas.

Nesse sentido, todos os projetos se iniciam com oficinas de conscientização acerca do que será promovido e quais são os objetivos que se deseja alcançar, além da promoção de debates acerca dos “pontos fortes” e do que pode ser aperfeiçoado.

Um importante projeto da linha em questão que pode ser citado como exemplo é o “É Dia de Feira Solidária”, que buscou estabelecer uma cooperativa de alimentos na Feira de São Joaquim, maior feira livre da América Latina. Para tanto, foram executados dois anos de projeto, com diversos cursos e a criação da CooperFeira Novo Sabor, uma cooperativa voltada para o aproveitamento de refugos de alimentos não vendidos na Feira de São Joaquim.

Embora o projeto tenha sido finalizado em dezembro de 2014, ainda é acompanhado por equipes da Avante e dos órgãos mantenedores, no caso Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esportes da Bahia (SETRE) e Superintendência de Economia Solidária (SESOL), além de receber visitas de universidades, como a UCSAL, de chefes de cozinha e pessoas e turistas de diversos lugares para observar a feira e a iniciativa. Segundo Carolina Duarte, entrevistada e coordenadora da linha de Formação para o Trabalho, o projeto É Dia de Feira Solidária contribuiu para que houvesse uma revalorização da Feira de São Joaquim, que a trouxe “de novo para ser olhada, não como um lugar de exclusão, mas como um lugar de possibilidades”.

**3.3 DESAFIOS DA ECONOMIA CRIATIVA**

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a economia criativa é um dos setores da economia que mais cresce a nível mundial. Demonstra ainda que esta é responsável pela melhora da qualidade de vida em diversas regiões em desenvolvimento, porém por não ser um setor consolidado, pode-se considerar uma relativa diminuição de sua eficácia quanto à promoção do desenvolvimento.

Conforme o Plano da Secretaria da Economia Criativa, criado pelo Ministério da Cultura, existem vários desafios quanto à implementação da economia criativa no Brasil, porém, destacam-se:

1. Levantamento de informações e dados da Economia Criativa: Há no Brasil uma deficiência quanto aos dados levantados no que concerne esse tema. As pesquisas não contemplam de forma ampla os setores da economia criativa, havendo um desperdício de potencial, de conhecimento e de reconhecimento de vocações e oportunidades;

2. Articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos: Estes empreendimentos necessitam de recurso financeiro para execução de seus objetivos, porém, é difícil conseguir empréstimos e investimentos para projetos intangíveis. Percebe-se um despreparo dos bancos para tratar destes negócios e em alguns casos, há falta de preparo também dos empreendedores, que não possuem capacidade de gerenciar os próprios negócios;

3. Educação para competências criativas: Deve-se considerar que a construção de competências não se limita à construção e difusão da técnica, vai além disso. O investimento alocado para capacitação dos agentes que atuam nas cadeias produtivas dos setores de economia criativa ainda é muito baixo, assim, são encontrados poucos profissionais capacitados no Brasil;

4. Infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços criativos: É necessário haver políticas públicas não padronizadas para todos os setores de economia criativa, pois existem diferentes práticas culturais, além de variados processos de produção e tecnologias. A construção de políticas adequadas a cada realidade é um desafio;

5. Criação/adequação de Marcos Legais para os setores criativos: É perceptível também a ausência de regulamentação que atenda às especificidades desses setores, o que causa desvantagem nas relações de mercado, intercâmbio de produções, reconhecimento de algumas atividades como profissões – o que dificulta o profissional a ter seus direitos trabalhistas e previdenciários. Assim, é necessária uma renovação jurídica, que seja favorável ao desenvolvimento e consolidação dos setores criativos.

Faz-se imperativo que os desafios listados sejam levados em conta e considerados como oportunidades, para que seja possível atingir o fortalecimento efetivo da Economia Criativa no mercado. A criação de uma Secretaria voltada para esse setor da economia já é um marco relevante, pois demonstra que há a preocupação do Estado em desenvolver políticas voltadas para isso.

Conforme declarado pela UNESCO, os governos devem reconhecer que a economia criativa, além de gerar benefícios econômicos, permite a consolidação de um desenvolvimento sustentável, trazendo o elemento cultura como um fator causador desse desenvolvimento. Aborda ainda a importância de relacionar esses tópicos com projetos locais pré-existentes, permitindo que o crescimento seja impulsionado nas microrregiões e não apenas a nível macrorregional.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É necessário que se promova um desenvolvimento inclusivo, conforme debatido durante a Cúpula de Copenhague, em 1995, tratando os indivíduos com igualdade e buscando que todos tenham acesso aos mesmo direitos e oportunidades.

Dessa forma e conforme o exposto anteriormente, pode-se considerar a economia criativa e também a economia solidária como formas de desenvolvimento voltadas não apenas para as questões econômicas, mas também para a temática social e de inclusão.

Uma vez que seja cada vez mais difundida, a economia criativa tem o potencial para promover uma forma de desenvolvimento que esteja cada vez mais pautada na criatividade e nas micro e pequenas empresas, configurando-se como um dos meios de inclusão social.

Em paralelo, a difusão da economia solidária também se caracteriza por trazer um forte caráter de inclusão e desenvolvimento social, uma vez que busca trabalhar não apenas com a capitalização de bens tangíveis e intangíveis, mas com a atenção a valores sociais que podem promover uma mudança considerável também na mentalidade dos envolvidos e com uma abrangência crescente.

Para que haja um maior desenvolvimento dessas iniciativas, entretanto, faz-se necessário que haja uma maior aplicação de recursos e uma maior atenção do governo para a temática. Apesar de ter sido criada a Secretaria da Economia Criativa deste setor da economia é menor do que poderia ser.

Ainda há deficiência em regulamentação aos produtos e serviços gerados a partir da economia criativa e é necessária que seja promovida uma maior divulgação entre a população sobre as possibilidades que a economia criativa abre a todos, para que se possa haver uma competição maior e mais diversificada aos editais abertos no âmbito e para que esta possa, como pretende em sua definição, promover, de fato um desenvolvimento econômico e social inclusivo.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Lindgren. **A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 40, no 1 – jan/ jun. Brasília, 1997.

AVANTE – Educação e Mobilização Social; DUARTE, Carolina, Coordenadora da linha de Formação para o Trabalho. **A Avante e a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo**. Entrevista realizada pela equipe organizadora do artigo em 06/06/2015.

AVANTE – Educação e Mobilização Social. **Salvador e a maior feiralivre da América Latina ganham uma cooperativa de reaproveitamento de alimentos**. Disponível em <http://www.avante.org.br/salvador-e-a-maior-feira-livre-da-america-latinha-ganh am-uma-cooperativa-de-reaproveitamento-de-alimentos/>. Acesso em 10/06/2015

BRITISH COUNCIL. **Economia Criativa.** Disponível em <http://transform.britishcou ncil.org.br/pt-br/content/economia-criativa>. Acesso em 11 de Junho de 2015.

**Conceito de Desenvolvimento Social.** Disponível em <queconceto.com.br/dese nvolvimento-social>. Acesso em 03 de maio de 2015

CRIATICIDADES. **Economia Criativa.** Disponível em <http://www.criaticidades.co m.br/economia-criativa/>. Acesso em 11 de Junho de 2015.

MAIA, José Benedito de Zarzuela. **Desenvolvimento econômico.** Disponível em < escola.mpu.mp.br/dicionário/tiki-index.php?page=Desenvolvimento%20econômico >. Acesso em 03 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria de Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014. Brasília, 2ª edição, 2012.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE.

ONU. **Relatório de Economia Criativa 2010**: Uma opção de desenvolvimento viável. Nações Unidas, 2010.

SEBRAE. **O que é Economia Criativa**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/si tes/PortalSebrae/artigos/O-que-%C3%A9-Economia-Criativa >. Acesso em 14 de Junho de 2015.

UNESCO. **As indústrias criativas impulsam as economias e o desenvolvimento, segundo o Relatório da ONU**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/creative\_industries\_boost\_economies\_and\_development\_shows\_un\_report/#.VX25IPlVh8M>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

UNESCO. **Creative Economy Report 2013 Special Edition:** Widening local development pathways. Nova York, 2013.

**ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**A AVANTE E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INCLUSIVO**

**ONG ENTREVISTADA:** Avante – Educação e Mobilização Social.

**ENTREVISTADA:** Carolina Ribeiro Duarte, coordenadora da linha de Formação para o Trabalho.

**BREVE HISTÓRICO:** Avante – Educação e Mobilização Social é uma ONG criada em 1991 com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil e para a garantia dos direitos básicos dos cidadãos, através de fomento à formação, educação e desenvolvimento de tecnologias de intervenção social. Embasada na Constituição Cidadã de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente, e com o apoio de parcerias locais, nacionais e internacionais, como governos, organizações internacionais, escolas e outras instituições privadas, elabora e executa projetos nas seguintes linhas de atuação: Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais, Formação para o Trabalho, Formação de Agentes Culturais e Formação para a Mobilização e o Controle Social.

**JUSTIFICATIVA DA ENTREVISTA:** A Avante foi escolhida para a entrevista por ser uma instituição já estabelecida no mercado nacional há mais de 20 anos e comprometida com o desenvolvimento social, tema da pesquisa em curso. Em especial a linha de Formação para o Trabalho, coordenada pela entrevistada Carolina Duarte, tem como um dos seus objetivos, segundo tratado na entrevista e colocado no site oficial da organização, a união do desenvolvimento econômico e social como uma forma de “superação da pobreza e redução das desigualdades”.

**QUESTIONÁRIO**

1. Como a Avante trabalha com o conceito de Desenvolvimento Social?
2. Quais são/foram os projetos desenvolvidos em Salvador que geraram mais impacto nas comunidades e por que? Qual a diferença em relação aos demais?
3. Qual o principal meio de aporte de recursos para os projetos ou qual a natureza dos principais patrocinadores e como isso se reflete nos trabalhos realizados? (Empresas, exploração sem desenvolvimento de fato; OI’s e países, interesses externos; ONG’s do exterior)
4. Qual a principal motivação das pessoas para participação dos projetos? São necessárias, em geral, atividades prévias de conscientização do público a ser beneficiado?
5. Quais são as principais mudanças percebidas nos projetos, a nível comunitário e individual? Difere muito por área de atuação e projeto ou a Avante trabalha também com o desenvolvimento de capacidades “chave”?
6. Quais os principais impactos percebidos na integração dos beneficiados no mercado de trabalho?